

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

*Joaquim Azevedo*

As escolas, como instituições de educação, são de facto organizações muito peculiares. Depois de quarenta anos de permanente mudança, desde a curricular à organizacional, desde a “administracional” à da profissão docente, temos a percepção de que estamos ainda e sempre quase no início, de que pouca coisa realmente mudou. Como Sísifo, estamos condenados a este permanente subir e descer a montanha, sempre no mesmo percurso, ensinando e educando gerações sucessivas de alunos, esses sim, em acentuada mudança.

O desafio de ensinar educando e de educar ensinando mantém-se quase inalterado, a miragem de alcançar a igualdade de oportunidades pela via escolar também, mas nem os professores e os alunos são os mesmos, nem o país é o mesmo, nem os contextos de exercício profissional e de motivação para ensinar e para aprender são idênticos.

Uma grande e efetiva mudança ocorreu: fruto da crescente procura social e de políticas de fomento do acesso, aconteceu uma real democratização da educação escolar. O feito é enorme e tem tido (e continuará a ter) efeitos gigantescos e perduráveis na sociedade portuguesa.

Esta mudança maior trouxe com ela o desafio maior: a escola, que antes era apenas para alguns, bastante poucos, é agora para todos; sendo na mesma a escola, já não é a mesma escola, é até bastante diferente; para que a sua primordial missão social de ensinar se possa cumprir, com todos e com decência (e já agora, como atualmente se diz, com eficácia e eficiência), muita coisa deveria ter mudado e melhorado, a instituição deveria ter evoluído ao mesmo tempo que acolhia progressivamente todos e cada um, ou seja, evoluindo as duas dinâmicas ao mesmo tempo.

E mudou e até melhorou. Por exemplo: adaptações curriculares várias, tendo em vista acolher a diversidade e promover aprendizagens de qualidade para todos; criação de novos percursos escolares e do ensino profissional; abertura da direção e gestão escolares aos pais, às autarquias e aos demais interesses socioculturais locais; transferência de competências para as escolas, mediante contrato, e de algumas áreas de gestão escolar para as autarquias; criação de dinâmicas de avaliação externa de escolas; reordenamento da rede escolar, para referir algumas das melhorias mais relevantes na economia desta apresentação.

Estamos pois melhor, muito melhor: escolarizamos hoje, finalmente, toda a população até aos 17 anos e há muitíssimo mais portugueses, quarenta anos depois, a alcançar resultados bons quer no nível básico e secundário quer no nível superior de ensino.

É verdade que se gerou e propagou a ideia de que os avultados investimentos realizados pela população portuguesa em educação teriam efeitos imediatos e que a democratização do acesso se iria quase automaticamente transformar na democratização da qualidade das aprendizagens e dos resultados. E transformado até na democratização social. Mas não, apenas fantasiámos o impossível, aqui como em outros domínios.

As políticas públicas de educação pouco mudaram, esse é o ponto, apesar de e contra muitas outras mudanças sociais e culturais. A centralização, a tendência fortemente uniformizadora e a lógica burocrática dominante, ineficiente e muito pouco inteligente, são as marcas mais perenes de um sistema que vive acorrentado sobre si mesmo, a olhar para o seu umbigo, produzindo uma educação com grandes problemas de qualidade.

As escolas públicas portuguesas continuam a ser organizações muito dependentes da administração central, em que a gestão de recursos continua a ser feita centralmente, em que quem dirige as escolas não controla os recursos disponíveis e tem de representar localmente a função de controlo do Estado, organizações que operam num contexto em que não há concorrência, em que a relação entre meios e finalidades e entre processos e resultados é muito débil, em que a equidade e a justiça são proclamadas aos quatro ventos e as desigualdades se reproduzem e sancionam a toda a hora.

A condução das políticas de educação, alternando diferentes governos, não foi suficientemente capaz de fazer com que (proporcionando oportunidades, incentivando, avaliando e premiando) os modelos organizacionais, os contextos profissionais e as práticas pedagógicas tivessem evoluído ao mesmo ritmo em que se transformava a procura social e se alterava a população escolar. Há algo no *software* das políticas educacionais (que

mobilizam não só partidos, mas também sindicatos, associações profissionais, instituições de diálogo social e cultural) que já não funciona, que já não corre nas aplicações dos dias de hoje, podendo mesmo falar-se de políticas sociais anacrónicas.

Hoje, volvidas estas quatro décadas, Sísifo (professores, alunos, autarquias, técnicos...) continua a subir a montanha educacional, mas cada vez mais desmotivado, desamparado e, pior ainda, desconfiado acerca da utilidade sociocultural do seu esforço.

Ficam, pois, mais do que justificadas a oportunidade e a pertinência do tema que a *Revista Portuguesa de Investigação Educacional* elegeu para este seu décimo terceiro número.

Os artigos aqui apresentados percorrem, dentro do quadro da administração e organização escolar, subtemas que vão desde a liderança escolar e a nova figura do diretor à avaliação das escolas e sua organização pedagógica, desde a rede escolar até à territorialização das respostas educacionais.

Estes contributos da investigação que se faz em Portugal, publicados em Portugal, apesar de muito pouco valorizados na nova métrica da produção proletária e científica no ensino superior, surgem como muito positivos seja para melhor compreendermos as dinâmicas que o conhecimento científico está a e terá de percorrer, nas ciências da educação e no cruzamento com outros campos científicos, seja para melhorarmos o entendimento acerca dos modos mais bem-sucedidos de promoção da qualidade do sucesso escolar de todos os alunos.

A desigualdade de oportunidades e a reprodução social são realidades bem presentes nas escolas portuguesas, mas uma realidade não é um determinismo; é possível contrariar este determinismo com uma ação conjugada entre escolas – professores, alunos e funcionários –, famílias e comunidade, dentro de um novo quadro de geração de políticas de educação: aberto e democrático, provocador de consensos em torno de áreas fundamentais, assente na participação livre da sociedade portuguesa e das suas organizações, com destaque para as famílias, sustentado em dinâmicas de permanente e gradual melhoria, em função de resultados estimados e estabelecidos, após debates abertos e socialmente participados. Mas isto dá muito trabalho e para haver a dedicação que se exige, entre outras coisas, tem de começar por haver esperança. E esta está a faltar bastante por aqui.

Na Universidade Católica, na Faculdade de Educação e Psicologia, temos seguido um caminho que nos parece o mais adequado ao tempo presente: apoiar as escolas nos seus processos de melhoria permanente, ir para as escolas, trabalhar e cooperar com diretores, professores, autarquias

e famílias, investigar a ação que se faz, inovar com inteligência, envolver mestrando e doutorando nessas dinâmicas, gerar motivação e aprendizagem profissional e organizacional mais sustentada, que resida e seja renovada também e sobretudo nas escolas, percorrer sem pressas o caminho da melhoria contínua dos processos socioculturais e das aprendizagens. Não é um caminho fácil, mesmo para a investigação, que tem de recorrer a metodologias de investigação mais etnográficas, mais expostas à implicação dos sujeitos, mais implicadas elas mesmas no objetivo final que é o da melhoria das aprendizagens e da autonomia, da liberdade e da solidariedade em cada ser humano.

*Dezembro de 2013*